

# Ismarth contradiz política de Rangel

ESP. 6-2-77

Da Sucursal de  
BRASÍLIA

O general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai, anunciou ontem que o ensino bilingue entre os índios não será eliminado, as missões religiosas não serão afastadas das aldeias — ao menos até que se faça uma avaliação de seu trabalho — e não se acelerará o processo de integração das tribos à comunidade nacional. Com isso, o presidente da Funai contradisse três pontos defendidos enfaticamente, em pronunciamentos recentes, pelo ministro Rangel Reis, do Interior. As declarações do general foram feitas exatamente após um encontro de três horas com o ministro.

Ao ser recebido pelos jornalistas, Ismarth afirmou "desconhecer as declarações" de Rangel de que as missões seriam impedidas de continuar atuando junto aos índios. Quanto à aceleração do processo aculturativo, disse que "não há projeto de integração, porque esta deve ser natural". Por isso, segundo ele, os planos da Funai para este ano, em termos de atuação junto às aldeias, têm que estar estritamente ligados ao grau de aculturação de cada tribo.

Sobre o sertanista Apoena Meirelles, que estaria na iminência de ser demitido, por ter criticado as posições de Rangel Reis, o

presidente da Funai garantiu que "o problema está solucionado". Segundo ele, o sertanista enviou uma carta ao ministro justificando seus comentários.

## MISSÕES

Ismarth foi categórico ao afirmar que a Funai não vai dizer que esta ou aquela missão religiosa deverá sair de determinada área indígena ou se a sua atuação está sendo válida ou não, antes de fazer uma avaliação do trabalho realizado pelos missionários. Dentro de, no máximo, 90 dias, disse ele, um grupo de trabalho formado por funcionários da Funai, antropólogos e religiosos apresentará um relatório sobre esta atuação. Nesse mesmo prazo, uma pesquisa semelhante será realizada com relação ao ensino bilingue.

Mais uma vez Ismarth considerou de "grande valor" o trabalho realizado pela maioria das missões religiosas e por aqueles que atuam isoladamente junto ao índio. Segundo ele, essas entidades têm as mesmas responsabilidades que a Funai perante o indígena e, por isso, na avaliação a ser feita, deverá ser verificado se o Estatuto do Índio, criado para determinar as responsabilidades de todos que trabalham junto às aldeias, está sendo cumprido. "Não interessa à Funai —

afirmou o general — a presença de uma missão em área indígena apenas para cuidar da parte espiritual.

Por esse motivo, os convênios serão assinados em função da capacidade de cada missão". Ismarth fez questão de deixar bem claro que as distorções encontradas na atuação das missões serão corrigidas, porque essas entidades não serão retiradas.

## INTEGRAÇÃO

Qualquer previsão de tempo sobre a integração das comunidades indígenas foi considerada pelo general como impossível, porque só cabe ao índio uma resposta. "Tudo depende dele — assegurou — e, no momento, não existe nenhuma aldeia pronta para integrar-se". Admitiu um excessivo paternalismo da Funai junto aos índios, alegando, no entanto, que, como esse apoio não será o mesmo por parte da comunidade envolvente, a Funai, antes de emancipar as aldeias, deve executar os projetos sócio-econômicos de desenvolvimento.

"A emancipação tem que ser cuidadosa para não quebrar o padrão de cultura do índio nem perdê-lo como etnia. Isso significa que o índio que está isolado, assim continuará" — disse Ismarth.